



Bradesco
Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados. Atuando como financeira do Bradesco, completa a rede de distribuição de produtos financeiros da Organização.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 24 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 801 Correspondentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em folhas de pagamento de empresas do Setor Privado, destacando-se a parceria com os segmentos Bradesco Empresas e Corporate.

No encerramento do exercício, incorporando o saldo atual das operações cedidas, a carteira de financiamentos/leasing de veículos do Bradesco Financiamentos somou R\$ 27,860 bilhões.

Os empréstimos consignados somaram R\$ 6,116 bilhões em carteira, com crescimento de 29,0% sobre o mesmo período de 2009, resultado da estratégia e de estruturação de equipe dedicada ao atendimento de convênios com o INSS, Órgãos Públicos e Empresas Privadas, com consequente aumento na concessão de recursos nessa modalidade. Incorporando-se o valor presente das operações de crédito cedidas de R\$ 411,898 milhões, o montante da carteira de crédito consignado totalizou R\$ 6,528 bilhões.

A produção de novos negócios nas carteiras de consignados passou, em média, de R\$ 277,659 milhões/mês no 4º trimestre de 2009, para R\$ 377,194 milhões/mês, no mesmo período de 2010, com crescimento de 35,8%.

O Lucro Líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 1,208 bilhão, com crescimento de 71,8% sobre o exercício de 2009, basicamente pela redução das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa em função da acentuada melhora na qualidade das carteiras de crédito, encerrando o ano com Patrimônio Líquido de R\$ 24,438 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	2010	2009		2010	2009
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	38.271.610	39.019.328	CIRCULANTE	17.394.599	18.212.745
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	159	144	DEPÓSITOS (Nota 14)	14.752.746	16.073.219
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	25.592.104	27.761.596	Depósitos Interfinanceiros	14.752.746	15.557.866
Aplicações no Mercado Aberto	120.534	137.100	Depósitos a Prazo	-	515.353
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.471.570	27.624.496	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.641.853	2.139.526
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.029	6.985
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	226.410	265.526	Sociais e Estatutárias	11.472	6.681
Carteira Própria	164.818	180.363	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	885.678	464.789
Vinculados à Prestação de Garantias	61.592	85.163	Diversas (Nota 16b)	1.736.674	1.661.071
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.125	4.546			
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	24.516.623	24.838.222
Créditos Vinculados (Nota 7)	1.074	4.545	DEPÓSITOS (Nota 14)	18.449.500	19.229.692
Correspondentes	51	5	Depósitos Interfinanceiros	18.449.500	19.223.793
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	11.311.966	9.840.965	Depósitos a Prazo	-	5.899
Operações de Crédito - Setor Privado	11.811.963	10.599.864	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.067.573	5.608.530
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(499.997)	(758.899)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	2.196.779	1.446.748
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(172.263)	(327.484)	Diversas (Nota 16b)	3.870.794	4.161.782
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	844.961	1.135.992			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(804.588)	(1.083.784)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	81.575	53.836
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de			Receitas de Exercícios Futuros	81.575	53.836
Liquidação Duvidosa	(212.636)	(379.692)			
OUTROS CRÉDITOS	897.128	860.757	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	24.438.905	23.243.637
Rendas a Receber	225	27.455	Capital:		
Diversos (Nota 9)	900.595	834.109	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.692)	(807)	Reservas de Lucros	2.429.146	1.232.979
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	414.981	613.278	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(241)	658
Outros Valores e Bens	227.826	303.541			
Provisões para Desvalorizações	(93.722)	(104.511)			
Despesas Antecipadas	280.877	414.248			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.214.972	14.645.932			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.803.562	3.463.816			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.803.562	3.463.816			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	5.484	18.299			
Carteira Própria	-	18.299			
Vinculados à Prestação de Garantias	5.484	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	14.013.945	9.653.886			
Operações de Crédito - Setor Privado	14.611.015	10.350.522			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(597.070)	(696.636)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(287.936)	(529.912)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	1.070.587	2.007.329			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.062.319)	(2.007.329)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de					
Liquidação Duvidosa	(296.204)	(528.912)			
OUTROS CRÉDITOS	2.414.278	1.765.037			
Diversos (Nota 9)	2.414.286	1.766.385			
Rendas a Receber	2	-			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(10)	(1.348)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	265.639	273.806			
Despesas Antecipadas	265.639	273.806			
PERMANENTE	9.945.120	12.683.180			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	481.673	458.042			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	476.596	452.540			
- No Exterior	168	163			
Outros Investimentos	14.146	14.576			
Provisões para Perdas	(9.237)	(9.237)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	9.266	12.135			
Imóveis de Uso	544	544			
Outras Imobilizações de Uso	37.728	37.591			
Depreciações Acumuladas	(29.006)	(26.000)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	9.423.014	12.198.558			
Bens Arrendados	9.791.292	12.115.734			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(368.278)	82.824			
DIFERIDO (Nota 13)	1.774	2.707			
Gastos de Organização e Expansão	7.745	7.734			
Amortização Acumulada	(5.971)	(5.027)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	29.393	11.738			
Ativos Intangíveis	33.584	12.922			
Amortização Acumulada	(4.191)	(1.184)			
TOTAL	66.431.702	66.348.440	TOTAL	66.431.702	66.348.440

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados		Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias	Acumulados		
Saldos em 30.6.2010	22.010.000	-	91.088	1.466.241	46	-	-	23.567.375
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(287)	-	-	(287)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	880.178	880.178	880.178
Destinações: - Reservas	-	-	44.009	827.808	-	(871.817)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(8.361)	-	(8.361)
Saldos em 31.12.2010	22.010.000	-	135.097	2.294.049	(241)	-	-	24.438.905
Saldos em 31.12.2008	21.879.466	130.534	39.552	496.840	(196)	-	-	22.546.196
Homologação de Aumento de Capital	130.534	(130.534)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	854	-	-	854
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	703.268	703.268	703.268
Destinações: - Reservas	-	-	35.163	661.424	-	(696.587)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(6.681)	-	(6.681)
Saldos em 31.12.2009	22.010.000	-	74.715	1.158.264	658	-	-	23.243.637
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(899)	-	-	(899)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.207.639	1.207.639	1.207.639
Destinações: - Reservas	-	-	60.382	1.135.785	-	(1.196.167)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(11.472)	-	(11.472)
Saldos em 31.12.2010	22.010.000	-	135.097	2.294.049	(241)	-	-	24.438.905

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

...Continuação



Bradesco
Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasuna - SP

Genex, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Financeira Prospectiva e
Contábeis Consolidadas
de Organismos
Bradesco.

ISO 9001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2010	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.831.163	11.479.140	13.406.412
Operações de Crédito (Nota 8g)	2.831.445	5.392.273	4.864.212
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g).....	1.542.553	3.305.078	5.655.648
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	1.453.803	2.775.882	2.869.770
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	16.782
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.362	5.907	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.546.916)	(7.477.453)	(10.602.609)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b).....	(1.952.747)	(3.922.127)	(4.183.909)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g).....	(1.415.229)	(3.014.455)	(4.351.547)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)....	(178.940)	(540.871)	(2.067.153)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.284.247	4.001.687	2.803.803
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(788.346)	(1.866.350)	(1.423.062)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	31.045	49.276	30.118
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	174.643	269.941	4.213
Despesas de Pessoal (Nota 19).....	(25.176)	(50.505)	(66.584)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20).....	(377.065)	(689.584)	(357.882)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(124.499)	(220.952)	(36.876)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas (Nota 11a)	(16.458)	(3.315)	42.196
Outras Receitas Operacionais (Nota 22).....	100.859	149.367	77.960
Outras Despesas Operacionais (Nota 23).....	(551.695)	(1.370.578)	(1.116.207)
RESULTADO OPERACIONAL	1.495.901	2.135.337	1.380.741
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(109.449)	(237.833)	(341.578)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.386.452	1.897.504	1.039.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(506.274)	(689.865)	(335.895)
LUCRO LÍQUIDO	880.178	1.207.639	703.268
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	35,59	48,83	28,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2010	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.386.452	1.897.504	1.039.163
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	178.940	540.871	2.067.153
Depreciações e Amortizações.....	1.264.360	2.849.146	4.347.194
Constituições de Provisões Críveis, Trabalhistas e Fiscais	192.681	740.101	136.102
Constituições/(Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio.....	(10.304)	(10.788)	39.006
Resultado de Participações em Coligadas.....	16.458	3.315	(42.196)
Insuficiência/(Superavência) de Depreciação	94.758	(572.003)	(2.101.747)
Ganho/Perda na Venda de Imobilizado de Uso e Arrendamento... ..	(1.094.086)	(1.673.297)	(2.208.714)
Ganho/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	119.740	248.397	301.467
Outros.....	57.466	92.760	28.522
Lucro Líquido Ajustado	2.206.465	4.116.006	3.605.950
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez... ..	(1.037.266)	3.704.974	(11.757.635)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	12.492	39.116	(24.129)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	52.890	4.495	(1.471)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(4.290.323)	(6.764.149)	(2.550.246)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens (83.238)	(83.238)	(564.196)	156.929
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(552.309)	(386.214)	803.808
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	35.330	27.739	(16.062)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(91.928)	(162.530)	(302.280)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(3.747.887)	15.241	(10.085.136)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	191	599	2.120
(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento.....	11.934	11.318	(1.288)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	118.278	(1.074)	35
Alienação de Bens não de Uso Próprio.....	184.259	360.905	503.713
Alienação de Investimentos.....	30	30	31.859
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	1.788.255	2.903.737	6.731.220
Aquisição de Bens não de Uso Próprio.....	(237.461)	(533.588)	(763.803)
Aquisição de Investimentos.....	(28.786)	(28.786)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento.....	(293.196)	(725.218)	(6.278.370)
Aplicações no Diferido/Intangível	(18.109)	(20.673)	(9.355)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	181	548	886
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	1.525.576	1.967.798	217.017
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento/(Redução) em Depósitos	(578.959)	(2.101.116)	(2.673.123)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	-	-	(3)
Dividendos Pagos.....	(6.681)	(6.681)	(5.274)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(585.640)	(2.107.797)	(2.678.400)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.807.951)	(124.758)	(12.546.519)
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	120.693	120.693	245.451
Início do Período.....	2.928.644	245.451	12.791.970
Fim do Período.....	120.693	120.693	245.451
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.807.951)	(124.758)	(12.546.519)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	5.297.626	344,6	9.798.442	451,2	9.993.765	872,4
1.1) Intermidação Financeira.....	5.831.163	379,2	11.479.140	528,6	13.406.412	1.170,2
1.2) Prestação de Serviços.....	205.688	13,4	319.217	14,7	34.331	3,0
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(178.940)	(11,6)	(540.871)	(24,9)	(2.067.153)	(180,4)
1.4) Outras	(560.285)	(36,4)	(1.459.044)	(67,2)	(1.379.825)	(120,4)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.367.976)	(219,1)	(6.936.582)	(319,4)	(8.535.456)	(745,1)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(371.233)	(24,1)	(678.504)	(31,2)	(347.648)	(30,4)
Materiais, Energia e Outros	(487)	-	(1.474)	(0,1)	(2.099)	(0,2)
Serviços de Terceiros	(289.411)	(18,8)	(542.960)	(25,0)	(225.761)	(19,7)
Comunicações	(15.168)	(1,0)	(27.017)	(1,2)	(25.879)	(2,3)
Serviços do sistema financeiro	(4.357)	(0,3)	(7.981)	(0,3)	(9.943)	(0,9)
Propaganda, promoções e publicidade.....	(27.474)	(1,8)	(39.237)	(1,8)	(23.211)	(2,0)
Transporte	(3.078)	(0,2)	(5.839)	(0,3)	(6.330)	(0,6)
Processamento de dados.....	(9.994)	(0,7)	(22.775)	(1,0)	(24.441)	(2,1)
Manutenção e conservação de bens	(805)	-	(1.394)	(0,1)	(796)	(0,1)
Arrendamento de bens.....	(1.704)	(0,1)	(3.570)	(0,2)	(3.983)	(0,3)
Viagens	(1.633)	(0,1)	(3.214)	(0,1)	(2.102)	(0,2)
Outras	(17.122)	(1,1)	(23.043)	(1,1)	(23.103)	(2,0)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.558.417	101,4	2.183.356	100,6	1.110.661	96,9
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.479)	(0,3)	(8.385)	(0,4)	(7.255)	(0,6)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.553.938	101,1	2.174.971	100,2	1.103.406	96,3
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(16.458)	(1,1)	(3.315)	(0,2)	42.196	3,7
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(16.458)	(1,1)	(3.315)	(0,2)	42.196	3,7
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.537.480	100,0	2.171.656	100,0	1.145.602	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.537.480	100,0	2.171.656	100,0	1.145.602	100,0
9.1) Pessoal	22.618	1,5	45.375	2,1	57.682	5,1
Proventos	17.567	1,2	36.211	1,7	41.564	3,6
Benefícios	3.818	0,2	6.888	0,3	12.440	1,1
FGTS	776	0,1	1.550	0,1	2.928	0,3
Outros Encargos	457	-	726	-	750	0,1
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	633.331	41,2	915.947	42,2	381.673	33,2
Federais	629.320	40,9	909.443	41,9	376.993	32,8
Estaduais	723	0,1	723	-	906	0,1
Municipais	3.288	0,2	5.781	0,3	3.774	0,3
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.353	0,1	2.695	0,1	2.979	0,3
Aluguéis	1.353	0,1	2.695	0,1	2.979	0,3
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	880.178	57,2	1.207.639	55,6	703.268	61,4
Dividendos	8.361	0,5	11.472	0,5	6.681	0,6
Lucros Retidos no Período.....	871.817	56,7	1.196.167	55,1	696.587	60,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

...Continuação



Bradesco
Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 1º de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração do razão social da Sociedade: de Banco Finasa BMC S.A. para Banco Bradesco Financiamentos S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 18 de dezembro de 2009.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas ao valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accrua") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambas apresentadas pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: Veículos e Afins, 20%; Móveis e Utensílios, 10%; Máquinas e Equipamentos, 10%; e Outros Bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no ativo de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Desta forma, com base nos princípios contábeis da "competência" e "confrontação da receita com a despesa", nas despesas antecipadas são registrados os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (*impairment*).

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para o Banco.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano e ajustando por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Continua...

...Continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gerência, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica, Financeira e
Bancária
Conselhos Consultivos
de Organismos
Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

m) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - (Impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apresentadas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

o) Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a);
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 15b e c); e
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 15b-III).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2010			2009					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2) (4)	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	4.169	-	65.340	69.509	69.539	(30)	125.924	(36)
Letras financeiras do tesouro	-	4.169	-	65.340	69.509	69.539	(30)	105.410	(37)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	20.514	1
Títulos privados	162.385	-	-	-	162.385	162.786	(401)	157.901	1.096
Cotas de fundos de investimento	159.334	-	-	-	159.334	159.334	-	153.353	-
Ações	2.833	-	-	-	2.833	2.852	(19)	4.330	1.478
Outros	218	-	-	-	218	600	(382)	218	(382)
Total em 2010	162.385	4.169	-	65.340	231.894	232.325	(431)	283.825	1.060
Total em 2009	172.793	2.008	41.836	67.188					

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2010			2009					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2) (4)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:	159.334	3.355	-	63.721	226.410	226.440	(30)	265.526	(36)
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.355	-	63.721	67.076	67.106	(30)	91.659	(37)
Letras Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	20.514	1
Cotas de fundos de investimentos	159.334	-	-	-	159.334	159.334	-	153.353	-
Títulos disponíveis para venda:	3.051	-	-	-	3.051	3.452	(401)	4.548	1.096
Ações (3)	2.833	-	-	-	2.833	2.852	(19)	4.330	1.478
Cotas de fundos de investimentos	218	-	-	-	218	600	(382)	218	(382)
Títulos mantidos até o vencimento (3):	-	814	-	1.619	2.433	2.433	-	13.751	-
Letras financeiras do tesouro	-	814	-	1.619	2.433	2.433	-	13.751	-
Total em 2010	162.385	4.169	-	65.340	231.894	232.325	(431)	283.825	1.060
Total em 2009	172.793	2.008	41.836	67.188					

- As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas;
- Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, o título classificado na categoria mantidos até o vencimento; e
- A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, exceto os papéis classificados em "Títulos Mantidos até o Vencimento", cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado em R\$ 1 mil.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Até abril de 2009, o Bradesco Financiamentos participava de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos no "mercado futuro", registrados em contas patrimoniais e de compensação, em um contexto integrado com o controlador e empresas ligadas, que se destinavam a atender às necessidades próprias. Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados pelo Banco como instrumentos de "hedge", destinam-se a protegê-lo contra variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos.

l) Valores das receitas e das despesas líquidas

	Exercícios findos em	
	2010	2009
Contratos futuros	-	16.782
Total	-	16.782

Em 31 de dezembro de 2010 não possuía operações de contratos futuros.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	106	104
Aplicações em ouro	53	40
Total de disponibilidades (caixa)	159	144
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	120.534	245.307
Total caixa e equivalentes de caixa	120.693	245.451

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Aplicações no mercado aberto:						
Posição Bancada						
- Letras Financeiras do Tesouro	120.534	-	-	-	120.534	137.100
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	212.488	24.345.036	914.046	1.803.562	27.275.132	31.088.312
Total em 2010	333.022	24.345.036	914.046	1.803.562	27.395.666	
%	1,2	88,9	3,3	6,6	100,0	
Total em 2009	434.121	1.248.201	26.079.274	3.463.816	31.225.412	
%	1,4	4,0	83,5	11,1	100,0	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em	
	2010	2009
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	12.419	11.107
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.730.137	2.821.132
Total (Nota 6d)	2.742.556	2.832.239

d) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em	
	2010	2009
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2.742.556	2.832.239
Títulos de renda fixa	9.047	11.779
Títulos de renda variável	114	1.929
Fundo de investimento	24.165	23.823
Total	2.775.882	2.869.770

7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

a) Créditos vinculados

Em 2010, refere-se a Compulsório sobre Depósitos à Vista de R\$ 1.074 mil.

b) Resultado das aplicações compulsórias

No exercício, correspondem a R\$ 5.907 mil, inseridos no item Resultado das Aplicações Compulsórias da "Demonstração do Resultado".

Continua...

...Continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações	editais	cr	Curso normal						Total		2010		2009	
			1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	(B)	(A)	(B)		
									%	%	%	%		
Empréstimos e títulos descontados.....			194.594	208.933	190.348	562.093	999.875	3.777.760	5.933.603	22,1	4.641.266	20,5		
Financiamentos.....			861.959	827.629	749.598	2.097.285	3.475.187	9.723.306	17.734.964	65,9	12.962.544	57,4		
Subtotal			1.056.553	1.036.562	939.946	2.659.378	4.475.062	13.501.066	23.668.567	88,0	17.603.810	77,9		
Operações de arrendamento mercantil.....			150.810	112.262	109.449	313.569	602.103	1.932.893	3.221.086	12,0	4.982.336	22,1		
Subtotal			1.207.363	1.148.824	1.049.395	2.972.947	5.077.165	15.433.959	26.889.653	100,0	22.586.146	100,0		
Outros créditos.....			22	22	22	66	126	336	594		5.062	0,0		
Total das operações de crédito.....			1.207.385	1.148.846	1.049.417	2.973.013	5.077.291	15.434.295	26.890.247	100,0	22.591.208	100,0		
Avais e fianças.....			-	-	-	-	-	4.816	4.816		7.862	-		
Total em 2010			1.207.385	1.148.846	1.049.417	2.973.013	5.077.291	15.439.111	26.895.063	100,0	22.599.070	100,0		
Total em 2009			1.133.735	1.038.916	948.325	2.653.679	4.355.868	12.468.547	22.599.070		22.599.070	100,0		

Operações	editais	cr	Parcelas vencidas					Total		2010		2009	
			1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	(C)	(B)	(C)		
								%	%	%	%		
Empréstimos e títulos descontados.....			11.089	8.851	5.900	11.282	9.080	46.202	7,0	71.882	7,7		
Financiamentos.....			116.017	82.527	41.095	84.143	106.458	430.240	65,3	577.609	61,4		
Subtotal			127.106	91.378	46.995	95.425	115.538	476.442	72,3	649.491	69,1		
Operações de arrendamento mercantil.....			40.683	31.074	17.220	37.923	56.035	182.935	27,7	291.085	30,9		
Subtotal			167.789	122.452	64.215	133.348	171.573	659.377	100,0	940.576	100,0		
Outros créditos.....			955	-	-	-	-	955	-	-	-		
Total em 2010			168.744	122.452	64.215	133.348	171.573	660.332	100,0	940.576	100,0		
Total em 2009			226.681	174.082	94.656	207.880	237.277	940.576		940.576	100,0		

Operações de crédito	Curso anormal						Total		2010		2009		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(D)	(A+B+C)	(A+B+C)			
							%	%	%	%			
Empréstimos e títulos descontados.....	10.905	10.914	9.782	28.198	47.055	126.642	233.496	7,4	309.122	7,3	6.213.301	20,3	5.022.270
Financiamentos.....	114.270	112.614	101.440	278.757	454.085	983.307	2.044.473	65,0	2.387.963	56,8	20.209.677	65,8	15.928.116
Subtotal	125.175	123.528	111.222	306.955	501.140	1.109.949	2.277.969	72,4	2.697.085	64,1	26.422.978	86,1	20.950.386
Operações de arrendamento mercantil.....	33.772	28.541	27.924	81.123	161.933	533.522	866.815	27,6	1.508.079	35,9	4.270.836	13,9	6.781.500
Subtotal	158.947	152.069	139.146	388.078	663.073	1.643.471	3.144.784	100,0	4.205.164	100,0	30.693.814	100,0	27.731.886
Outros créditos.....	136	136	136	410	819	1.092	2.729	-	4.278	-	5.062	-	-
Total das operações de crédito.....	159.083	152.205	139.282	388.488	663.892	1.644.563	3.147.513	100,0	4.205.164	100,0	30.698.092	100,0	27.736.948
Avais e fianças.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.816	-	7.862	-	-
Total em 2010	159.083	152.205	139.282	388.488	663.892	1.644.563	3.147.513	100,0	4.205.164	100,0	30.702.908	100,0	27.744.810
Total em 2009	208.855	197.492	181.291	502.954	843.268	2.271.304	4.205.164	100,0	4.205.164	100,0	27.744.810	100,0	27.744.810

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Nível de risco										2010		2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
											%	%	%	%
Empréstimos e títulos descontados.....		5.909.272	76.282	62.707	29.808	20.570	16.896	14.797	82.969	6.213.301	20,3	5.022.270	18,1	
Financiamentos.....	155	17.460.116	1.067.077	637.277	184.181	131.549	105.799	88.831	534.692	20.209.677	65,8	15.928.116	57,4	
Subtotal	155	23.369.388	1.143.359	699.984	213.989	152.119	122.695	103.628	617.661	26.422.978	86,1	20.950.386	75,5	
Operações de arrendamento mercantil.....	145	2.768.961	688.666	236.727	171.929	58.521	56.034	54.060	335.793	4.270.836	13,9	6.781.500	24,5	
Subtotal	300	26.138.349	1.832.025	936.711	285.918	210.640	178.729	157.688	953.454	30.693.814	100,0	27.731.886	100,0	
Outros créditos.....		7	-	587	-	-	-	-	3.684	4.278	-	5.062	-	
Total em 2010	300	26.138.356	1.832.025	937.298	285.918	210.640	178.729	157.688	957.138	30.698.092	100,0	27.736.948	100,0	
%.....		85,1	6,0	3,1	0,9	0,7	0,6	0,5	3,1	100,0				
Total em 2009	666	21.410.289	2.176.189	1.391.056	447.168	331.383	285.847	245.904	1.448.446	27.736.948	100,0	27.736.948	100,0	
%.....		77,2	7,8	5,0	1,6	1,2	1,0	0,9	5,3	100,0				

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Específica		Provisão		2010		2009	
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
						%	%	%	%	%	%	%	
AA.....	-	300	-	300	-	-	-	-	-	-	-	-	
A.....	0,5	26.138.356	-	26.138.356	85,1	-	-	130.685	-	130.685	8,11	107.051	4,6
B.....	1,0	579.560	1.252.465	1.832.025	6,0	799	11.725	5.796	154	18.474	1,1	21.903	0,9
C.....	3,0	67.621	869.677	937.298	3,1	2.963	23.127	2.029	1.717	29.836	1,9	43.712	1,8
Subtotal		26.785.837	2.122.142	28.907.979	94,2	3.762	34.852	138.510	1.871	178.959	11,1	172.666	7,3
D.....	10,0	19.668	266.250	285.918	0,9	4.017	22.608	1.967	57.040	85.632	5,3	133.926	5,7
E.....	30,0	9.890	200.750	210.640	0,7	11.647	48.578	2.967	42.022	105.214	6,5	165.526	7,0
F.....	50,0	11.262	167.467	178.729	0,6	19.115	64.619	5.631	35.656	125.021	7,8	199.949	8,4
G.....	70,0	7.006	150.682	157.688	0,5	27.516	77.961	4.905	47.227	157.609	9,8	245.780	10,4
H.....	100,0	56.584	900.554	957.138	3,1	325.086	575.469	56.583	-	957.138	59,5	1.448.446	61,2
Subtotal		104.410	1.685.703	1.790.113	5,8	387.381	789.235	72.053	181.945	1.430.614	88,9	2.193.627	92,7
Total em 2010		26.890.247	3.807.845	30.698.092	100,0	391.143	824.087	210.563	183.802	1.609.609	100,0	2.366.294	100,0
%.....		87,6	12,4	100,0		24,3	51,2	13,1	11,4	100,0			
Total em 2009		22.591.208	5.145.740	27.736.948	100,0	578.169	1.310.864	189.144	288.117	2.366.294	100,0	2.366.294	100,0
%.....		81,4	18,6	100,0		24,4	55,4	8,0	12,2	100,0			

d) Concentração das operações de crédito

Maior devedor.....	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010	%	2009	%	2010	%	2009	%
Comércio.....	899.210	2,9	841.837	3,0	325.005	1,1	323.309	1,2
Produtos em lojas especializadas.....	107.474	0,4	145.047	0,5	325.005	1,1	323.309	1,2
Produtos alimentícios, bebidas e fumo.....	103.454	0,3	56.348	0,2	41.465	0,1	46.464	0,2
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores.....	48.985	0,2	56.317	0,2	32.146	0,1	39.083	0,1
Vestuário e calçados.....	32.146	0,1	39.083	0,1	69.773	0,2	4	

...Continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Saldo inicial.....	2.366.294	1.756.908	
Constituição.....	540.871	2.067.153	
Baixas.....	(1.300.556)	(1.457.767)	
Saldo final.....	1.609.609	2.366.294	
- Provisão específica (1).....	1.215.230	1.889.033	
- Provisão genérica (2).....	210.563	189.144	
- Provisão excedente (3).....	183.802	288.117	
- Recuperação de créditos baixados (4).....	453.561	313.905	

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
 (3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos correspondentes níveis de riscos (Nota 8c); e
 (4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Empréstimos e títulos descontados.....	1.429.765	1.109.175
Financiamentos.....	3.508.947	3.441.132
Subtotal.....	4.938.712	4.550.307
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	453.561	313.905
Subtotal.....	5.392.273	4.864.212
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	290.623	1.304.101
Total.....	5.682.896	6.168.313

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Arrendamentos financeiros a receber.....	1.915.548	3.143.321
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(1.866.907)	(3.091.113)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido).....	9.791.292	12.115.734
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação.....	(368.278)	82.824
(-) Depreciações acumuladas.....	(6.316.001)	(5.398.201)
Superveniência de depreciação.....	5.947.723	5.481.025
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b).....	(5.200.819)	(5.469.266)
Total do valor presente.....	4.270.836	6.781.500

i) Imobilizado de arrendamento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Veículos e afins.....	9.788.523	12.111.174
Máquinas e equipamentos.....	34	61
Perdas em arrendamentos.....	2.735	4.499
Total de bens arrendados.....	9.791.292	12.115.734
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(6.316.001)	(5.398.201)
Superveniência de depreciação.....	5.947.723	5.481.025
Total da depreciação acumulada.....	(368.278)	82.824
Imobilizado de arrendamento.....	9.423.014	12.198.558

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas"

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Participação no capital		Lucro líquido/ (Prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Líquido	social (%)		2010	2009	2010	2009	
	Ações	Cotas	(em milhares)							
Ramo financeiro										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	18.000	33.092	-	18.000	99,999	1.745	33.092	29.903	1.745	1.553
BMC Asset Management DTMV Ltda.	1.860	3.188	-	1.860	99,999	164	3.188	3.026	164	(215)
Everest asirige A. Bndamento Mercantil.....	172.000	295.849	127.700	-	100,000	15.412	295.849	280.583	15.412	14.978
Outras atividades										
Finasa Promotora de Vendas Ltda.	111.220	142.893	111.220	-	99,999	(20.592)	142.893	137.803	(20.592)	30.301
Banco Bradesco Europa S.A.	124.171	317.920	1	-	0,053	32.449	168	163	17	8
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.000	1.174	6	-	100,000	(50)	1.174	1.225	(50)	(51)
Outras participações.....	-	-	-	-	-	-	400	-	-	-
Ganho/perda al investimnto no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(4.378)
Total Investimentos.....	476.764	452.703					476.764	452.703	(3.315)	42.196

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	-	10
Outros investimentos.....	1.930	2.350
Subtotal.....	14.146	14.576
Provisão para perdas.....	(9.237)	(9.237)
Total.....	4.909	5.339

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa Anual		Depreciação		Valor Residual	
	31 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2010	Total 2009
Imóveis de uso:						
- Imobilizações em curso.....	-	48	-	48	97	
- Terrenos.....	-	143	-	143	143	
- Edificações.....	4 %	401	(255)	146	162	
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10 %	8.021	(4.382)	3.639	3.012	
Sistemas de segurança e comunicações.....	10 %	2.138	(1.662)	476	556	
Sistemas de processamento de dados.....	20 %	27.399	(22.585)	4.814	8.155	
Sistemas de transporte.....	20 %	122	(122)	-	10	
Total em 2010.....		38.272	(29.006)	9.266		
Total em 2009.....		38.135	(26.000)		12.135	

13) DIFERIDO E INTANGÍVEL

O ativo diferido é demonstrado ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear à taxa anual de 20%. O valor residual em 31 de dezembro de 2010 correspondia a R\$ 1.774 mil (2009 - R\$ 2.707 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 5.971 mil (2009 - R\$ 5.027 mil).

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2010 apresentava o valor residual de R\$ 29.393 mil (2009 - R\$ 11.738 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 4.191 mil (2009 - R\$ 1.184 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2010
Depósitos interfinanceiros.....	1.460.042	6.683.538	6.609.166	18.449.050	33.201.796
Depósitos a prazo.....	-	-	-	-	34.781.659
Total em 2010.....	1.460.042	6.683.538	6.609.166	18.449.050	33.201.796
%.....	4,4	20,1	19,9	55,6	100,0
Total em 2009.....	1.630.225	6.957.940	7.485.054	19.229.692	35.302.911
%.....	4,6	19,7	21,2	54,5	100,0

O Bradesco Financiamentos, para atender o regime de competência, constituiu no período, provisão para superveniência de depreciação no montante de R\$ 466.698 mil (2009 - R\$ 1.989.723 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 105.305 mil (2009 - R\$ (112.024) mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 572.003 mil (2009 - R\$ 2.101.747 mil) em resultado.

j) Cessão de Crédito

No exercício, o Banco cedeu operações de crédito Consignado INSS para o BMC FUNDO DE INVESTIMENTO CRÉDITO CONSIGNADO - INSS no valor contábil de R\$ 364.793 mil (2009 - R\$ 180.530 mil), por R\$ 435.308 mil (2009 - R\$ 218.463 mil). As respectivas despesas de comissões de produção de R\$ 25.216 mil (2009 - R\$ 13.333 mil) e de seguro prestamista de R\$ 887 mil (2009 - R\$ 1.140 mil), contabilizadas em Despesas Antecipadas, foram apropriadas no resultado. Considerando que o Banco possui cotas subordinadas do referido fundo e permaneceu com a maior parte dos riscos associados à operação, o lucro gerado de R\$ 44.412 mil (2009 - R\$ 23.460 mil) foi integralmente provisionado e é registrado no resultado pelo prazo da cessão.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	2.209.760	2.227.156
Devedores por depósitos em garantia.....	889.105	214.138
Devedores diversos.....	103.001	57.310
Impostos e contribuições a compensar.....	59.990	65.846
Títulos e créditos a receber.....	37.592	18.333
Adiantamentos para pagamentos.....	10.858	12.583
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	653	1.206
Total.....	3.314.881	2.600.494

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perdas	Valor Residual 2010	Valor Residual 2009
Imóveis.....	487	(25)	462	487
Bens em regime especial.....	2.036	-	2.036	3.229
Veículos e afins.....	224.552	(93.452)	131.100	195.047
Máquinas e equipamentos.....	711	(233)	478	240
Outros.....	40	(12)	28	27
Total em 2010.....	227.826	(93.722)	134.104	
Total em 2009.....	303.541	(104.511)		199.030

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Comissão sobre financiamento - Veículos.....	363.358	257.543
Serviços de intervenção - CDC e Lojas.....	172.828	407.469
Prêmios de seguro sobre créditos concedidos.....	10.034	23.042
Outros.....	296	-
Total.....	546.516	688.054

...Continuação



Bradesco
Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IRPJ/CSLL – Perdas de Crédito – R\$ 43.241 mil (2009 – R\$ 40.483 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no ano-calendário de 2002, no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões constituídas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Início do exercício	17.425	55.189	504.595
Atualização monetária	-	-	72.572
Constituições líquidas de reversões e baixas (2)	4.165	71.640	580.679
Pagamentos	(1.309)	(63.245)	-
Final do exercício	20.281	63.584	1.157.846

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e
(2) Em fiscais e previdenciárias inclui provisão para COFINS de R\$ 396.731 mil.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	1.515.169	1.379.536
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	1.157.846	504.595
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	358.438	21.556
Impostos e contribuições a recolher	51.004	5.850
Total	3.082.457	1.911.537

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h)	5.200.819	5.469.266
Credores diversos	267.581	235.056
Provisão para pagamentos a efetuar	54.430	43.768
Provisão para passivos contingentes cíveis e trabalhistas (Nota 15b)	83.865	72.614
Outras	773	2.149
Total	5.607.468	5.822.853

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2009 – R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros	2.429.146	1.232.979
- Reserva Legal (1)	135.097	74.715
- Reserva Estatutária (2)	2.294.049	1.158.264

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 11.472 mil (2009 – R\$ 6.681 mil) correspondente a R\$ 0,46 (2009 – R\$ 0,27) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2009 foram pagos em 17 de dezembro de 2010.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Taxa sobre emissão de cartões	-	24.961
Rendas de cadastro (1)	269.941	4.213
Taxa de avaliação/substituição de bem	43.934	-
Taxa de aditamento de contratos	5.257	5.099
Outras	85	58
Total	319.217	34.331

(1) Em 2010, refere-se à implementação do Custo Efetivo Total - CET, conforme Resolução nº 3.517 do CMN.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Proventos	36.163	41.564
Benefícios	6.888	12.440
Encargos sociais	6.680	11.830
Treinamento	592	381
Estatagiários	182	369
Total	50.505	66.584

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Serviços técnicos especializados (1)	375.995	97.185
Serviços de terceiros e do sistema financeiro	174.946	138.519
Propaganda, promoções e publicidade	39.237	23.211
Comunicações	27.017	25.879
Processamento de dados	22.775	24.441
Depreciação e amortização	8.385	7.255
Transportes	5.839	6.330
Arrendamento de bens	3.570	3.983
Viagens	3.214	2.102
Aluguéis	2.695	2.979
Manutenção e conservação de bens	1.394	796
Outras	24.517	25.202
Total	689.584	357.882

(1) Em 2010, inclui revisão do contrato de prestação de serviços com a Finasa Promotora de Vendas Ltda. devido à implementação do Custo Efetivo Total – CET, conforme Resolução nº 3.517 do CMN.

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
COFINS	180.946	1.369
PIS	29.078	30.076
Imposto sobre Serviços de qualquer natureza ISS	5.768	3.693
Outras	5.160	1.738
Total	220.952	36.876

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Variações monetárias	58.032	24.650
Recuperação de encargos e despesas	20.980	18.650
Reversão de provisões fiscais	20.401	25.748
Outras (1)	49.954	8.912
Total	149.367	77.960

(1) Exercício 2010, contempla valores de processos inclusos na adesão ao Programa de Parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisões para contingências fiscais (1)	407.763	-
Comissões e serviços de intermediação de crédito	368.090	555.499
Variações monetárias e cambiais	116.816	55.030
Busca e apreensão de veículos	103.692	193.706
Seguro prestamista	16.061	26.262
Perdas operações de empréstimos	141.527	153.705
Indenizações cíveis	63.511	57.748
Provisões para contingências cíveis	17.559	32.823
Provisões para perdas no consignado	92.760	22.423
Outras	42.799	19.011
Total	1.370.578	1.116.207

(1) Inclui provisão para COFINS de R\$ 396.731 mil.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Prejuízo na alienação de valores e bens	(248.676)	(301.433)
Desvalorização de outros valores e bens	10.788	(40.345)
Rendas de alugueis	59	200
Outros	(4)	-
Total	(237.833)	(341.578)

25) TRANSAÇÕES COM CONTROLADOR, CONTROLADAS E COLIGADAS

a) As transações com o controlador, coligadas e controladas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Recetas (despesas)	Recetas (despesas)
	2010	2009	2010	2009
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	27.274.631	31.088.312	2.730.137	2.821.132
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(33.201.796)	(34.781.659)	(3.885.290)	(4.120.771)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	120.534	137.100	12.419	11.107
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(11.472)	(6.681)	-	-
Tibre DTVM Ltda.	17	8	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	146	78	-	-
BMC Asset Management DTVM Ltda.	2	-	-	-
Serviços terceiros:				
Finasa Promotora de Vendas Ltda.	-	-	(311.423)	(29.657)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controladora da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.897.504	1.039.163
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(759.002)	(415.665)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	(1.326)	16.878
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(59.523)	(13.036)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	122.876	60.496
Outros valores	7.110	15.432
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(689.865)	(335.895)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do ramo financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).
(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(672.461)	(801.965)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(17.404)	466.070
Total dos impostos diferidos	(17.404)	466.070
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(689.865)	(335.895)

Continua...

Continuação



Bradesco

Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)

 Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Consti- tuição (1)	Real- ização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.725.342	387.172	629.990	1.482.524
Provisão para contingências cíveis.....	20.315	26.849	22.965	24.199
Provisão para contingências fiscais.....	169.920	241.849	12.051	399.718
Provisão abalhistas.....	6.555	3.004	1.685	7.874
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	38.925	33.541	35.534	36.932
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.537	131	-	1.668
Ágio amortizado.....	165.563	6.839	42.946	129.456
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	394	155	38	511
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28/12/2007.....	642	-	333	309
Outros.....	97.963	50.430	21.832	126.561
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	2.227.156	749.970	767.374	2.209.752
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	8	-	8
Total dos créditos tributários (Nota 9).....	2.227.156	749.978	767.374	2.209.760
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	1.379.536	136.224	591	1.515.169
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	847.620	613.754	766.783	694.591

(1) Contempla o crédito tributário relativo à elevação da alíquota de contribuição social para as empresas do ramo financeiro, determinada pela Lei nº 11.727/08, os quais correspondem ao valor de R\$ 101.518 mil (2009 - R\$ 121.846 mil) (Nota 3h).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social
2011.....	470.110	288.789	758.899
2012.....	395.414	233.519	628.933
2013.....	383.792	226.826	610.618
2014.....	71.222	34.429	105.651
2015.....	71.222	34.429	105.651
Total.....	1.391.760	817.992	2.209.752

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 2.067.368 mil (2009 - R\$ 2.072.190 mil) de diferenças temporárias.

e) Créditos tributários não ativados

Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF contra a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida em Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, artigos 17 e 41), os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 9% para 15% foram registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes. O saldo do crédito tributário relativo à elevação da alíquota da contribuição social não constituído somaram R\$ 16.440 mil (2009 - R\$ 138.993 mil) (Nota 3h).

f) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.515.169 mil (2009 - R\$ 1.379.536 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 1.486.931 mil (2009 - R\$ 1.370.256 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 183 mil (2009 - R\$ 774 mil), lucro proveniente do exterior R\$ 400 mil (2009 - R\$ 400 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 27.655 mil (2009 - R\$ 8.104 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avalis e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 4.816 mil (2009 - R\$ 7.862 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infra-estrutura operacional e administrativa da controlada Finasa Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

Em 31 de dezembro de 2010, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.

c) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/2007, o Banco Bradesco Financiamentos está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

d) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão seguros por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

 Luís Carlos Matias Ramos
 Contador
 CRC 1SP171564/O-1

ISOLADORES SANTANA S/A

CNPJ/MF nº 53.859.138/0001-70 NIRE 35.300.055.560

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04.02.2010
Data, Hora e Local: Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2010, às 13:30h, na sede social da Isoladores Santana S/A ("Companhia"), na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Pedro, nº 645, CEP 13920-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade do capital da Companhia, conforme o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Presenças:** Presente o acionista da Companhia representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** (I) discutir e aprovar o protocolo e justificativa de incorporação da Isoladores Santana S/A ("SANTANA") pela Electrovidro S/A ("ELECTROVIDRO"), sociedade por ações com sede na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Lúcio Thomé Feteira nº 312, Neves, CEP 24415-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.722.071/0001-80, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") sob o NIRE 33.300.086.242; (II) autorizar a Diretoria da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização da incorporação. **Mesa:** Presidente: Sr. Arthur Eugênio Mammann Lavieri Junior, Secretário: dr. Elias Magalhães de Oliveira. **Deliberações por Unanimidade:** Após leitura, análise e discussão, os acionistas presentes deliberaram: (I) aprovar, sem ressalvas e em todos os seus termos e condições, o protocolo e justificativa de incorporação da Santana pela Electrovidro. Em consequência da incorporação ora aprovada, todos os ativos e passivos da Santana, que cessará sua existência, serão absorvidos pela Electrovidro, que a sucederá em todos os seus bens, direitos e obrigações; e, (II) em face da extinção da Santana, a Diretoria da Companhia foi autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização da incorporação. **Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Arthur Eugênio Mammann Lavieri Junior - Presidente; e Elias Magalhães de Oliveira - Secretário. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 04 de Fevereiro de 2010. Registro JUCESP em 22/04/2010 sob nº 131.492/10-0. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

Maxmold Ferramentaria Ltda, torna público que requereu à CETESB a Licença Prévia e de Instalação p/ usinagem, construção, e reformas de moldes em aço p/ injeção de peças plásticas, à Av. Pirapirinha, 1111, Galpão 4, Planalto, SBC, SP.

Dutor Implantação de Projetos S.A.

CNPJ/MF nº 47.095.581/0001-70 - NIRE nº 35300102860

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2011
Data, Horário e Local: no dia 4 de fevereiro de 2011, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Queiroz Filho, nº 767, Boacava, CEP 05319-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação:** dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores. **Presença:** a totalidade dos acionistas da Companhia com direito a voto, conforme assinaturas lavradas no Livro de Presença dos Acionistas. **Demonstrações financeiras e relatório da Diretoria:** Publicados no Diário Oficial do Estado - Empresarial na edição de 3 de fevereiro de 2011 e no Valor Econômico, na edição de 3 de fevereiro de 2011. **Mesa:** Presidente da Mesa, Sr. Antonio Carlos da Silva, Secretário da Mesa, Sr. Arnaldo Malheiros. **Ordem do Dia:** I - Tomada de contas da Diretoria, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Postos em discussão e votação, foram unanimemente aprovadas. II - Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício, distribuição de dividendos e pagamento de participação estatutária à Diretoria. Aprovando proposta do Conselho de Administração, resolveu-se, por unanimidade, destinar do lucro líquido apurado no exercício de 2010, 5% à reserva legal, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a dividendos para todas as ações, valor este já integralmente pago à título de dividendos intermediários, ficando autorizado o pagamento da participação estatutária aos membros da Diretoria, devendo tal pagamento ser feito até o final do exercício em curso. O saldo restante permanecerá na conta de reserva de lucro. III - Outros assuntos de interesse social. Facultada a palavra aos interessados, e como ninguém quisesse fazer uso dela, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai por todos assinada. (aa.) Antonio Carlos da Silva, Presidente; Arnaldo Malheiros, Secretário. Antonio Carlos da Silva, como representante legal da TÜV Rheinland do Brasil Holding Ltda. e da Köln Holding Ltda. Mário Mariotto; Arnaldo Malheiros. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de atas das Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 4 de fevereiro de 2011. Antonio Carlos da Silva - Presidente. Visto: Arnaldo Malheiros - OAB/SP 6977, JUCESP nº 75.743/11-5 em 23.02.11. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

Foxmold Ferramentaria Ltda, torna público que requereu à CETESB a Licença Prévia e de Instalação p/ usinagem, construção, e reformas de moldes em aço p/ injeção de peças plásticas, à Av. Pirapirinha, 1111, Planalto, SBC, SP.

Fast Engenharia e Montagens S.A.

CNPJ nº 56.095.862/0001-08 - NIRE nº 35.300.319.869

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17 de Fevereiro de 2011.
Data, Hora e Local: Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2011, às 11 horas, na sede social da Fast Engenharia e Montagens S.A., situada nesta Capital, na Rua Dr. Franco da Rocha, 137, conjunto 11, no Bairro de Perdizes ("Sociedade"). **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social, consoante assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada em face da presença de todos os acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Composição da Mesa:** Presidente - Antonio Domingos Fasolari; Secretária - Vera Lúcia Lustre Fasolari. **Ordem do Dia:** (I) Discutir e votar a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social especificamente a alteração do endereço da sede da companhia. (II) aprovar a nova redação do Artigo 2º do estatuto Social. **Deliberações, aprovada por unanimidade:** (I) foi aprovada, sem ressalvas, a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, especificamente a alteração do endereço da Sede Social, localizada na Rua Dr. Franco da Rocha, nº 137, 1º andar, Perdizes, nesta Capital, Estado de São Paulo, para a Av. Francisco Matarazzo, nº 1500, 18º andar, no bairro da Barra Funda, CEP 05001-100, neste Município, Estado de São Paulo, já estando contratada a locação do presente imóvel; (II) foi aprovada, sem ressalvas, a nova redação do Artigo 2º do Estatuto Social, a saber: **Artigo 2º - A Sociedade tem sua sede e domicílio no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, nº 1500, 18º andar, no bairro da Barra Funda, CEP 05001-100 e filial na Estrada Gregório Spina, nº 834, bairro Ronda, Município de Araçaguama, Estado de São Paulo, CEP 01847-000, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios de representações e depósitos em todo território nacional e no exterior, respeitadas as disposições legais vigentes. **Encerramento e Aprovação da Ata.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata, que lida e aprovada, vai por todos assinada. São Paulo, 17 de fevereiro de 2011. A presente é cópia fiel lavrada em livro próprio. Mesa: Antonio Domingos Fasolari - Presidente da Mesa, Vera Lúcia Lustre Fasolari - Secretária da Mesa. Acionista: Grata S/A Administração e Participações: Antonio Domingos Fasolari, Vera Lúcia Lustre Fasolari. JUCESP nº 75.293/11-0 em 23.02.2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.**

LAMINAÇÃO VERA CRUZ LTDA. EPP. Torna público que requereu a CETESB a Renovação da Licença de Operação para Serviço de Fundição de Metais em ferrosos sítio à Rua Dom Vilares nº 1.232 - Vila N. S. das Mercedes - SP.

 Imprensa Oficial
 Autoridade Certificadora
 Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP

CBR- OICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO)

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, Certificadora de Imprensa Oficial SP, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal

www.imprensaoficial.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de leasing e de empréstimos consignados. Atuando como financeira do Bradesco, completa a rede de distribuição de produtos financeiros da Organização.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 24 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos

os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 801 Correspondentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em folhas de pagamento de empresas do Setor Privado, destacando-se a parceria com os segmentos Bradesco Empresas e Corporate.

No encerramento do exercício, incorporando o saldo atual das operações cedidas, a carteira de financiamentos/leasing de veículos do Bradesco Financiamentos somou R\$ 27,860 bilhões.

Os empréstimos consignados somaram R\$ 6,116 bilhões em carteira, com crescimento de 29,0% sobre o mesmo período de 2009, resultado da estratégia e de estruturação de equipe dedicada ao atendimento de convênios com o INSS, Órgãos Públicos e Empresas Privadas, com consequente aumento na concessão de recursos nessa modalidade. Incorporando-se o valor presente das operações de crédito cedidas de R\$ 411,898 milhões, o montante da carteira de crédito consignado totalizou R\$ 6,528 bilhões.

A produção de novos negócios nas carteiras de consignados passou, em média, de R\$ 277,659 milhões/mês no 4º trimestre de 2009, para R\$ 377,194 milhões/mês, no mesmo período de 2010, com crescimento de 35,8%.

O Lucro Líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 1,208 bilhão, com crescimento de 71,8% sobre o exercício de 2009, basicamente pela redução das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa em função da acentuada melhora na qualidade das carteiras de crédito, encerrando o ano com Patrimônio Líquido de R\$ 24,439 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
ATIVO			CIRCULANTE	17.394.599	18.212.745
CIRCULANTE	38.271.610	39.019.328	DEPÓSITOS (Nota 14)	14.752.746	16.073.219
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	159	144	Depósitos Interfinanceiros	14.752.746	15.557.866
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	25.592.104	27.761.596	Depósitos a Prazo	-	515.353
Aplicações no Mercado Aberto	120.534	137.100	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.641.853	2.139.526
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.471.570	27.624.496	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.029	6.985
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	226.410	265.526	Sociais e Estatutárias	11.472	6.681
Carteira Própria	164.818	180.363	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	885.678	464.789
Vinculados à Prestação de Garantias	61.592	85.163	Diversas (Nota 16b)	1.736.674	1.661.071
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.125	4.546			
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1			
Créditos Vinculados (Nota 7)	1.074	-			
Correspondentes	51	4.545	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	24.516.623	24.838.222
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	11.311.966	9.840.965	DEPÓSITOS (Nota 14)	18.449.050	19.229.692
Operações de Crédito - Setor Privado	11.811.963	10.599.864	Depósitos Interfinanceiros	18.449.050	19.223.793
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(499.997)	(758.899)	Depósitos a Prazo	-	5.899
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(172.263)	(327.484)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.067.573	5.608.530
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	844.961	1.135.992	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	2.196.779	1.446.748
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(804.588)	(1.083.784)	Diversas (Nota 16b)	3.870.794	4.161.782
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(212.636)	(379.692)			
OUTROS CRÉDITOS	897.128	860.757			
Rendas a Receber	225	27.455	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	81.575	53.836
Diversos (Nota 9)	900.595	834.109	Receitas de Exercícios Futuros	81.575	53.836
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.692)	(807)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	414.981	613.278			
Outros Valores e Bens	227.826	303.541	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	24.438.905	23.243.637
Provisões para Desvalorizações	(93.722)	(104.511)	Capital:		
Despesas Antecipadas	280.877	414.248	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.214.972	14.645.932	Reservas de Lucros	2.429.146	1.232.979
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.803.562	3.463.816	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(241)	658
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.803.562	3.463.816			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	5.484	18.299			
Carteira Própria	-	18.299			
Vinculados à Prestação de Garantias	5.484	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	14.013.945	9.653.886			
Operações de Crédito - Setor Privado	14.611.015	10.350.522			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(597.070)	(696.636)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(287.936)	(528.912)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	1.070.587	2.007.329			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.062.319)	(2.007.329)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(296.204)	(528.912)			
OUTROS CRÉDITOS	2.414.278	1.765.037			
Diversos (Nota 9)	2.414.286	1.766.385			
Rendas a Receber	2	-			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(10)	(1.348)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	265.639	273.806			
Despesas Antecipadas	265.639	273.806			
PERMANENTE	9.945.120	12.683.180			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	481.673	458.042			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	476.596	452.540			
- No Exterior	168	163			
Outros Investimentos	14.146	14.576			
Provisões para Perdas	(9.237)	(9.237)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	9.266	12.135			
Imóveis de Uso	544	544			
Outras Imobilizações de Uso	37.728	37.591			
Depreciações Acumuladas	(29.006)	(26.000)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	9.423.014	12.198.558			
Bens Arrendados	9.791.292	12.115.734			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(368.278)	82.824			
DIFERIDO (Nota 13)	1.774	2.707			
Gastos de Organização e Expansão	7.745	7.734			
Amortização Acumulada	(5.971)	(5.027)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	29.393	11.738			
Ativos Intangíveis	33.584	12.922			
Amortização Acumulada	(4.191)	(1.184)			
TOTAL	66.431.702	66.348.440	TOTAL	66.431.702	66.348.440

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro			2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009			2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.831.163	11.479.140	13.406.412	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito (Nota 8g)	2.831.445	5.392.273	4.864.212	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.386.452	1.897.504	1.039.163
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.542.553	3.305.078	5.655.648	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	1.453.803	2.775.882	2.869.770	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	178.940	540.871	2.067.153
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	16.782	Depreciações e Amortizações	1.264.360	2.849.146	4.347.194
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.362	5.907	-	Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	192.681	740.101	136.102
				Constituições/(Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	(10.304)	(10.788)	39.006
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.546.916)	(7.477.453)	(10.602.609)	Resultado de Participações em Coligadas	16.458	3.315	(42.196)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	(1.952.747)	(3.922.127)	(4.183.909)	Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	94.758	(572.003)	(2.101.747)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	(1.415.229)	(3.014.455)	(4.351.547)	Ganho/Perda na Venda de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(1.094.086)	(1.673.297)	(2.208.714)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	(178.940)	(540.871)	(2.067.153)	Ganho/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	119.740	248.397	301.467
				Outros	57.466	92.760	28.522
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.284.247	4.001.687	2.803.803	Lucro Líquido Ajustado	2.206.465	4.116.006	3.605.950
				(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.037.266)	3.704.974	(1.175.635)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(788.346)	(1.866.350)	(1.423.062)	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	12.492	39.116	(24.129)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	31.045	49.276	30.118	(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	52.890	4.495	(1.471)
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	174.643	269.941	4.213	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(4.290.323)	(6.764.149)	(2.550.246)
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(25.176)	(50.505)	(66.584)	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(83.238)	(564.196)	156.929
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(377.065)	(689.584)	(357.882)	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(552.309)	(386.214)	803.808
Despesas Tributárias (Nota 21)	(124.499)	(220.952)	(36.876)	Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	35.330	27.739	(16.062)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas (Nota 11a)	(16.458)	(3.315)	42.196	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(91.928)	(162.530)	(302.280)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	100.859	149.367	77.960	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(3.747.887)	15.241	(10.085.136)
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(551.695)	(1.370.578)	(1.116.207)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
				(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	191	599	2.120
RESULTADO OPERACIONAL	1.495.901	2.135.337	1.380.741	(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	11.934	11.318	(1.288)
				(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	118.278	(1.074)	35
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(109.449)	(237.833)	(341.578)	Alienação de Bens não de Uso Próprio	184.259	360.905	503.713
				Alienação de Investimentos	30	30	31.859
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.386.452	1.897.504	1.039.163	Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	1.788.255	2.903.737	6.731.220
				Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(237.461)	(533.588)	(763.803)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(506.274)	(689.865)	(335.895)	Aquisição de Investimentos	(28.786)	(28.786)	-
				Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(293.196)	(725.218)	(6.278.370)
LUCRO LÍQUIDO	880.178	1.207.639	703.268	Aplicações no Diferido/Intangível	(18.109)	(20.673)	(9.355)
				Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	181	548	886
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	1.525.576	1.967.798	217.017
Lucro por lote de mil ações em R\$	35,59	48,83	28,44	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
				Aumento/(Redução) em Depósitos	(578.959)	(2.101.116)	(2.673.123)
				Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(3)
				Dividendos Pagos	(6.681)	(6.681)	(5.274)
				Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(585.640)	(2.107.797)	(2.678.400)
				Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.807.951)	(124.758)	(12.546.519)
				(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
				Início do Período	2.928.644	245.451	12.791.970
				Fim do Período	120.693	120.693	245.451
				Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.807.951)	(124.758)	(12.546.519)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias			
Saldos em 30.							

Continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)
 Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	5.297.626	344,6	9.798.442	451,2	9.993.765	872,4
1.1) Intermediação Financeira	5.831.163	379,2	11.479.140	528,6	13.406.412	1.170,2
1.2) Prestação de Serviços	205.688	13,4	319.217	14,7	34.331	3,0
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(178.940)	(11,6)	(540.871)	(24,9)	(2.067.153)	(180,4)
1.4) Outras	(560.285)	(36,4)	(1.459.044)	(67,2)	(1.379.825)	(120,4)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.367.976)	(219,1)	(6.936.582)	(319,4)	(8.535.456)	(745,1)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(371.233)	(24,1)	(678.504)	(31,2)	(347.648)	(30,4)
Materiais, Energia e Outros	(487)	-	(1.474)	(0,1)	(2.099)	(0,2)
Serviços de Terceiros	(289.411)	(18,8)	(542.960)	(25,0)	(225.761)	(19,7)
Comunicações	(15.168)	(1,0)	(27.017)	(1,2)	(25.879)	(2,3)
Serviços do sistema financeiro	(4.357)	(0,3)	(7.981)	(0,3)	(9.943)	(0,9)
Propaganda, promoções e publicidade	(27.474)	(1,8)	(39.237)	(1,8)	(23.211)	(2,0)
Transporte	(3.078)	(0,2)	(5.839)	(0,3)	(6.330)	(0,6)
Processamento de dados	(9.994)	(0,7)	(22.775)	(1,0)	(24.441)	(2,1)
Manutenção e conservação de bens	(805)	-	(1.394)	(0,1)	(796)	(0,1)
Arrendamento de bens	(1.704)	(0,1)	(3.570)	(0,2)	(3.983)	(0,3)
Viagens	(1.633)	(0,1)	(3.214)	(0,1)	(2.102)	(0,2)
Outras	(17.122)	(1,1)	(23.043)	(1,1)	(23.103)	(2,0)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.558.417	101,4	2.183.356	100,6	1.110.661	96,9
5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.479)	(0,3)	(8.385)	(0,4)	(7.255)	(0,6)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.553.938	101,1	2.174.971	100,2	1.103.406	96,3
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(16.458)	(1,1)	(3.315)	(0,2)	42.196	3,7
Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.458)	(1,1)	(3.315)	(0,2)	42.196	3,7
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.537.480	100,0	2.171.656	100,0	1.145.602	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.537.480	100,0	2.171.656	100,0	1.145.602	100,0
9.1) Pessoal	22.618	1,5	45.375	2,1	57.682	5,1
Proventos	17.567	1,2	36.211	1,7	41.564	3,6
Benefícios	3.818	0,2	6.888	0,3	12.440	1,1
FGTS	776	0,1	1.550	0,1	2.928	0,3
Outros Encargos	457	-	726	-	750	0,1
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	633.331	41,2	915.947	42,2	381.673	33,2
Federais	629.320	40,9	909.443	41,9	376.993	32,8
Estaduais	723	0,1	723	-	906	0,1
Municipais	3.288	0,2	5.781	0,3	3.774	0,3
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.353	0,1	2.695	0,1	2.979	0,3
Atuáveis	1.353	0,1	2.695	0,1	2.979	0,3
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	880.178	57,2	1.207.639	55,6	703.268	61,4
Dividendos	8.361	0,5	11.472	0,5	6.681	0,6
Lucros Retidos no Período	871.817	56,7	1.196.167	55,1	696.587	60,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 1º de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração do razão social da Sociedade: de Banco Finasa BMC S.A. para Banco Bradesco Financiamentos S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 18 de dezembro de 2009.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nos 4.995/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente, quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas ao valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram em conta para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e

- Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accrued") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambas apresentadas pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, observando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: Veículos e Afins, 20%; Móveis e Utensílios, 10%; Máquinas e Equipamentos, 10%; e Outros Bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão reconhecidos quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

I) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no ativo de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Desta forma, com base nos princípios contábeis da "competência" e "confrontação da receita com a despesa", nas despesas antecipadas são registrados os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (Impairment).

J) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para o Banco.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por softwares, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - (Impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia. Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apresentadas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

o) Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a);

- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 15b e c); e

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 15b-III).

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	106	104
Aplicações em ouro	53	40



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)
 Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	Curso normal						Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(A)	(B)	(C)	(D)	
Empréstimos e títulos descontados	194.594	208.933	190.348	562.093	999.875	3.777.760	5.933.603	22,1	4.641.266	20,5	20,5
Financiamentos	861.959	827.629	749.598	2.097.285	3.475.187	9.723.306	17.734.964	65,9	12.962.544	57,4	57,4
Subtotal	1.056.553	1.036.562	939.946	2.659.378	4.475.062	13.501.066	23.668.567	88,0	17.603.810	77,9	77,9
Operações de arrendamento mercantil	150.810	112.262	109.449	313.569	602.103	1.932.893	3.221.086	12,0	4.982.336	22,1	22,1
Subtotal	1.207.363	1.148.824	1.049.395	2.972.947	5.077.165	15.433.959	26.889.653	100,0	22.586.146	100,0	100,0
Outros créditos	22	22	22	66	126	336	594	-	5.062	0,0	0,0
Total das operações de crédito	1.207.385	1.148.846	1.049.417	2.973.013	5.077.291	15.434.295	26.890.247	100,0	22.591.208	100,0	100,0
Avais e fianças	-	-	-	-	-	4.816	4.816	-	7.862	-	-
Total em 2010	1.207.385	1.148.846	1.049.417	2.973.013	5.077.291	15.439.111	26.895.063	100,0	22.599.070	100,0	100,0
Total em 2009	1.133.735	1.038.916	948.325	2.653.679	4.355.868	12.468.547	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal						Total			
	Parcelas vencidas						2010		2009	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	(C)	(B)	(C)	
Empréstimos e títulos descontados	11.089	8.851	5.900	11.282	9.080	46.202	7,0	71.882	7,7	7,7
Financiamentos	116.017	82.527	41.095	84.143	106.458	430.240	65,3	577.609	61,4	61,4
Subtotal	127.106	91.378	46.995	95.425	115.538	476.442	72,3	649.491	69,1	69,1
Operações de arrendamento mercantil	40.683	31.074	17.220	37.923	56.035	182.935	27,7	291.085	30,9	30,9
Subtotal	167.789	122.452	64.215	133.348	171.573	659.377	100,0	940.576	100,0	100,0
Outros créditos	955	-	-	-	-	955	-	-	-	-
Total em 2010	168.744	122.452	64.215	133.348	171.573	660.332	100,0	940.576	100,0	100,0
Total em 2009	226.681	174.082	94.656	207.880	237.277	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal						Total				
	Parcelas vincendas						2010		2009		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	(D)	(C)	(D)	
Empréstimos e títulos descontados	10.905	10.914	9.782	28.198	47.055	126.642	233.496	7,4	309.122	7,3	20,3
Financiamentos	114.270	112.614	101.440	278.757	454.085	983.307	2.044.473	65,0	2.387.963	56,8	65,8
Subtotal	125.175	123.528	111.222	306.955	501.140	1.109.949	2.277.969	72,4	2.697.085	64,1	20,3
Operações de arrendamento mercantil	33.772	28.541	27.924	81.123	161.933	533.522	866.815	27,6	1.508.799	35,9	65,8
Subtotal	158.947	152.069	139.146	388.078	663.073	1.643.471	3.144.784	100,0	4.206.164	100,0	100,0
Outros créditos	136	136	136	410	819	1.092	2.729	-	4.278	-	5,0
Total das operações de crédito	159.083	152.205	139.282	388.488	663.892	1.644.563	3.147.513	100,0	4.205.164	100,0	100,0
Avais e fianças	-	-	-	-	-	-	-	-	4.816	-	7,862
Total em 2010	159.083	152.205	139.282	388.488	663.892	1.644.563	3.147.513	100,0	30.702.908	100,0	100,0
Total em 2009	208.855	197.492	181.291	502.954	843.268	2.271.304	4.205.164	100,0	27.744.810	100,0	100,0

b) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Operações de crédito	Nível de risco										2010		2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
	Empréstimos e títulos descontados	-	5.909.272	76.282	62.707	29.808	20.570	16.896	14.797	82.969	6.213.301	20,3	5.022.270	18,1
Financiamentos	155	17.460.116	1.067.077	637.277	184.181	131.549	105.799	88.831	534.692	20.209.677	65,8	15.928.116	57,4	
Subtotal	155	23.369.388	1.143.359	699.984	213.989	152.119	122.695	103.628	617.661	26.422.978	86,1	20.950.386	75,5	
Operações de arrendamento mercantil	145	2.768.961	688.666	236.727	71.929	58.521	56.034	54.060	335.793	4.270.836	13,9	6.781.500	24,5	
Subtotal	300	26.138.349	1.832.025	936.711	285.918	210.640	178.729	157.688	953.454	30.693.814	100,0	27.731.886	100,0	
Outros créditos	-	7	-	687	-	-	-	-	3.684	4.278	-	5.062	-	
Total em 2010	300	26.138.356	1.832.025	937.298	285.918	210.640	178.729	157.688	957.138	30.698.092	100,0	27.736.948	100,0	
Total em 2009	666	21.410.289	2.176.189	1.391.056	447.168	331.383	285.847	245.904	1.448.446	27.736.948	100,0	27.736.948	100,0	

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Específica		Provisão					
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vincendas	2010		2009			
		(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	Total	%	Total	%		
AA	-	300	-	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	26.138.356	-	26.138.356	85,1	-	130.685	-	130.685	8,11	107.051	4,6	4,6
B	1,0	579.560	1.252.465	1.832.025	6,0	799	11.725	5.796	154	18.474	1,1	21.903	0,9
C	3,0	67.621	869.677	937.298	3,1	2.963	23.127	2.029	1.717	29.836	1,9	43.712	1,8
Subtotal		26.785.837	2.122.142	28.907.979	94,2	3.762	34.852	138.510	1.871	178.995	11,1	172.666	7,3
D	10,0	19.668	266.250	285.918	0,9	4.017	22.608	1.967	57.040	85.632	5,3	133.926	5,7
E	30,0	9.890	200.750	210.640	0,7	11.647	48.578	2.967	42.022	105.214	6,5	165.526	7,0
F	50,0	11.262	167.467	178.729	0,6	19.115	64.619	5.631	35.656	125.021	7,8	199.949	8,4
G	70,0	7.006	150.682	157.688	0,5	27.516	77.961	4.905	47.227	157.609	9,8	245.780	10,4
H	100,0	56.584	900.554	957.138	3,1	325.086	575.469	56.583	-	957.138	59,5	1.448.446	61,2
Subtotal		104.410	1.685.703	1.790.113	5,8	387.381	789.235	72.053	181.945	1.430.614	88,9	2.193.627	92,7
Total em 2010		26.890.247	3.807.845	30.698.092	100,0	391.143	824.087	210.563	183.802	1.609.609	100,0	2.366.294	100,0
Total em 2009		87,6	12,4	100,0	24,3	51,2	13,1	11,4	100,0	2.366.294	100,0	2.366.294	100,0

d) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2010	%	2009	%
Maior devedor	4.530	-	10.595	0,1
Dez maiores devedores	32.922	0,1	46.664	0,2
Vinte maiores devedores	54.647	0,2	68.941	0,2
Cinquenta maiores devedores	95.797	0,3	115.746	0,4
Cem maiores devedores	143.108	0,5	169.184	0,6

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2010	%	2009	%
Setor Privado	30.698.092	100,0	27.736.949	100,0
Indústria	299.372	1,0	318.285	1,1
Alimentícia e Bebidas	52.146	0,2	56.550	0,2
Móveis e produtos e madeira	43.039	0,1	50.650	0,2
Siderurgia, metalurgia e mecânica	51.200	0,2	40.180	0,1
Extração de minerais metálicos e não metálicos	25.961	0,1	38.425	0,1
Materiais não metálicos	34.525	0,1	29.198	0,1
Têxtil e confecções	26.526	0,1	18.168	0,1
Química	15.374	0,1	17.196	0,1
Eletroeletrônica	5.851	-	11.804	-
Artigos de borracha e plástico	14.924	0,1	12.618	-
Edição, impressão e reprodução	9.868	-	11.624	-
Refino de Petróleo e Produção de Alcool	833	-	7.983	-
Artefatos de couro	6.219	-	3.407	-
Papel e celulose	3.080	-	2.222	-
Veículos Leves e Pesados	2.453	-	2.094	-
Autopeças e acessórios	2.506	-	1.860	-
Demais Indústrias	4.867	-	14.006	0,1
Comércio	899.210	2,9	841.837	3,0
Produtos em lojas especializadas	325.005	1,1	323.309	1,2
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	107.474	0,4	145.047	0,5
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	103.454	0,3	56.348	0,2
Vestuário e calçados	48.985	0,2	56.317	0,2
Resíduos de sucatas	41.465	0,1	46.464</	

...Continuação

Bradesco

Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

(Anteriormente denominado Banco Finasa BMC S.A.)
 Empresa da Organização Bradesco - CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Títulos patrimoniais	-	10
Outros investimentos	1.930	2.350
Subtotal	14.146	14.576
Provisão para perdas	(9.237)	(9.237)
Total	4.909	5.339

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
			2010	2009	
Imóveis de uso:					
- Imobilizações em curso	-	48	-	48	97
- Terrenos	-	143	-	143	143
- Edificações	4 %	401	(255)	146	162
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10 %	8.021	(4.382)	3.639	3.012
Sistemas de segurança e comunicações	10 %	2.138	(1.662)	476	556
Sistemas de processamento de dados	20 %	27.399	(22.585)	4.814	8.155
Sistemas de transporte	20 %	122	(122)	-	10
Total em 2010		38.272	(29.006)	9.266	
Total em 2009		38.135	(26.000)		12.135

13) DIFERIDO E INTANGÍVEL

O ativo diferido é demonstrado ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear à taxa anual de 20%. O valor residual em 31 de dezembro de 2010 correspondia a R\$ 1.774 mil (2009 – R\$ 2.707 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 5.971 mil (2009 – R\$ 5.027 mil). Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2010 apresentava o valor residual de R\$ 29.393 mil (2009 – R\$ 11.738 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 4.191 mil (2009 – R\$ 1.184 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2010	Total 2009
Depósitos interfinanceiros	1.460.042	6.683.538	6.609.166	18.449.050	33.201.796	34.781.659
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	521.252
Total em 2010	1.460.042	6.683.538	6.609.166	18.449.050	33.201.796	
%	4,4	20,1	19,9	55,6	100,0	
Total em 2009	1.630.225	6.957.940	7.485.054	19.229.692		35.302.911
%	4,6	19,7	21,2	54,5		100,0

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Depósitos a prazo	36.837	63.138
Depósitos interfinanceiros	3.885.290	4.120.771
Total	3.922.127	4.183.909

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda dessas depósitos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

As principais questões são:

Cofins - R\$ 343.757 mil (2009 – R\$ 321.466 mil): Pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 43.241 mil (2009 – R\$ 40.483 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no ano-calendário de 2002, no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões constituídas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Início do exercício	17.425	55.189	504.595
Atualização monetária	-	-	72.572
Constituições líquidas de reversões e baixas (2)	-	-	580.679
Pagamentos	4.165	71.640	(63.245)
Final do exercício	20.281	63.584	1.157.846

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e

(2) Em fiscais e previdenciárias inclui provisão para COFINS de R\$ 396.731 mil.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	1.515.169	1.379.536
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	1.157.846	504.595
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	358.438	21.556
Impostos e contribuições a recolher	51.004	5.850
Total	3.082.457	1.911.537

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h)	5.200.819	5.469.266
Credores diversos	267.581	235.056
Provisão para pagamentos a efetuar	54.430	43.768
Provisão para passivos contingentes cíveis e trabalhistas (Nota 15b)	83.865	72.614
Outras	773	2.149
Total	5.607.468	5.822.853

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2009 – R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros	2.429.146	1.232.979
- Reserva Legal (1)	135.097	74.715
- Reserva Estatutária (2)	2.294.049	1.158.264

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 11.472 mil (2009 – R\$ 6.681 mil) correspondente a R\$ 0,46 (2009 – R\$ 0,27) por lote de mil ações.

Os dividendos do exercício de 2009 foram pagos em 17 de dezembro de 2010.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Taxa sobre emissão de cartões	-	24.961
Rendas de cadastro (1)	269.941	4.213
Taxa de avaliação/substituição de bem	43.934	-
Taxa de aditamento de contratos	5.257	5.099
Outras	85	58
Total	319.217	34.331

(1) Em 2010, refere-se à implementação do Custo Eletivo Total - CET, conforme Resolução nº 3.517 do CMN.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Proventos	36.163	41.564
Benefícios	6.888	12.440
Encargos sociais	6.680	11.830
Treinamento	592	381
Estagiários	182	369
Total	50.505	66.584

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Serviços técnicos especializados (1)	375.995	97.185
Serviços de terceiros e do sistema financeiro	174.946	138.519
Propaganda, promoções e publicidade	39.237	23.211
Comunicações	27.017	25.879
Processamento de dados	22.775	24.441
Depreciação e amortização	8.385	7.255
Transportes	5.839	6.330
Arrendamento de bens	3.570	3.983
Viagens	3.214	2.102
Aluguéis	2.695	2.979
Manutenção e conservação de bens	1.394	796
Outras	24.517	25.202
Total	689.584	357.882

(1) Em 2010, inclui revisão do contrato de prestação de serviços com a Finasa Promotora de Vendas Ltda. devido à implementação do Custo Eletivo Total - CET, conforme Resolução nº 3.517 do CMN.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
COFINS	180.946	1.369
PIS	29.078	30.076
Imposto sobre Serviços de qualquer natureza ISS	5.768	3.693
Outras	5.160	1.738
Total	220.952	36.876

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Variações monetárias	58.032	24.650
Recuperação de encargos e despesas	20.980	18.650
Reversão de provisões fiscais	20.401	25.748
Outras (1)	49.954	8.912
Total	149.367	77.960

(1) Exercício 2010, contempla valores de processos incluídos na adesão ao Programa de Parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários.

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisões para contingências fiscais (1)	407.763	-
Comissões e serviços de intermediação de crédito	368.090	555.499
Variações monetárias e cambiais	116.816	93.030
Busca e arrendamento de veículos	103.692	193.706
Seguro prestamista	16.061	26.262
Perdas operações de empréstimos	141.527	153.705
Indenizações cíveis	63.511	57.748
Provisões para contingências cíveis	17.559	32.823
Provisões para perdas no consignado	92.760	22.423
Outras	42.799	19.011
Total	1.370.578	1.116.207

(1) Inclui provisão para COFINS de R\$ 396.731 mil.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Prejuízo na alienação de valores e bens	(248.676)	(301.433)
Desvalorização de outros valores e bens	10.788	(40.345)
Rendas de aluguéis	59	200
Outros	(4)	-
Total	(237.833)	(341.578)

25) TRANSAÇÕES COM CONTROLADOR, CONTROLADAS E COLIGADAS

a) As transações com o controlador, coligadas e controladas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Ativos (passivos) 2010	Ativos (passivos) 2009	Receitas (despesas) 2010	Receitas (despesas) 2009
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	27.274.631	31.088.312	2.730.137	2.821.132
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(33.201.796)	(34.781.659)	(3.885.290)	(4.120.771)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	120.534	137.100	12.419	11.107
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				